

## **AGRONEGÓCIO: O ANACRONISMO DISSIMULADO NO SEMIÁRIDO NORDESTINO**

Estéfane Gisele Batista Santos (1); Larissa Furtado Lins dos Santos (2); Marcelo dos Santos Dias (3); Tamires Gabryele de Lima Mendes (4); Daniel Vater de Almeida (5)

- (1) Universidade Federal de Pernambuco, [estefanegisele@gmail.com](mailto:estefanegisele@gmail.com)
- (2) Universidade Federal de Pernambuco, [larissa.furtadols@hotmail.com](mailto:larissa.furtadols@hotmail.com)
- (3) Universidade Federal de Pernambuco, [marcelosantosdias09@gmail.com](mailto:marcelosantosdias09@gmail.com)
- (4) Universidade Federal de Pernambuco, [tamires25lima@gmail.com](mailto:tamires25lima@gmail.com)
- (5) Universidade Federal de Pernambuco, [dhannyell@oi.com.br](mailto:dhannyell@oi.com.br)

Séculos após o início da colonização do território brasileiro, viajantes vindos da colônia americana, atual Estados Unidos, se depararam com o mesmo manejo agrícola que os índios norte-americanos utilizavam para cultivar milho (HOLANDA et. al., 1995), considerado pelos viajantes um manejo arcaico e pouco tecnológico para a época. Hoje, mesmo com o avanço da técnica e da ciência, e de sua aplicação à agricultura, principalmente após a revolução verde, a estrutura agrária não se diferencia expressivamente do período colonial e o desenvolvimento que tanto é empregado pelos *agroempreendedores* como argumento para que se fixem nos territórios, é algo a ser refletido e questionado, pois a realidade não nos parece tão próxima ao discurso.

O presente trabalho possui como objetivos apontar as desarmonias entre o agronegócio e o seu discurso de modernidade, e discutir a realidade atual do semiárido quanto à existência de latifúndios agrícolas e impactos socioambientais causados pelo agronegócio. Para a obtenção dos resultados, foi utilizada pesquisa bibliográfica a fim de conhecer e analisar as produções a respeito deste tema, foi adotada uma abordagem quali-quantitativa, visto que os dados obtidos foram de ordem estatística e qualitativas.

Atualmente o agronegócio brasileiro gloria-se de modernidade e desenvolvimento, mas sua estrutura remonta ao século XVI. Com uma significativa participação no PIB do Brasil, além de afirmar-se enquanto promissora, também é enxergada como tal pelo Estado. Entretanto, em meio a estatísticas pomposas e discursos de desenvolvimento, o agronegócio possui em sua estrutura elementos que não expressam modernidade, tão pouco desenvolvimento, principalmente na região compreendida como o semiárido nordestino. O latifúndio, por exemplo, um dos principais elementos do modo de produção colonialista

(83) 3322.3222

[contato@conadis.com.br](mailto:contato@conadis.com.br)

[www.conadis.com.br](http://www.conadis.com.br)

continua se perpetuando, e a concentração de terras no semiárido também. Na região, “cerca de 1,5 milhão de famílias agricultoras ocupam apenas 4,2% das terras agricultáveis do semiárido, ao passo que 1,3% dos estabelecimentos rurais com mais de 1 mil hectares, [...], detêm 38% das terras” (ASA, 2015). Esses dados nos mostram o quão desigual se apresenta a posse de terras pelas partes integrantes da produção agropecuária no semiárido. Nos faz lembrar da lógica das sesmarias instituídas pela coroa portuguesa no Brasil, onde distribuía terras para produção agrícola, e investia de poder a quem lhe possuísse, sendo os sesmeiros parte da elite colonial da época.

Embora o discurso do agronegócio, aqui compreendido como “toda a relação comercial e industrial envolvendo a cadeia produtiva agrícola ou pecuária” (AGRON, 2016) defenda o desenvolvimento para os territórios aonde se instala, há de se questionar tal ideia. Os interesses os quais essa atividade atende, de modo algum priorizam algo que não seja o lucro, visto que está inserida dentro da lógica capitalista. E para isso, um preço necessita ser pago, e por muitas vezes, o peso dessa dívida cai sobre os ombros de quem não participa efetivamente de tais lucros, e sofrem com problemas como impactos ambientais, desemprego e problemas de saúde.

Um dado muitíssimo relevante é o de que para cada 1 emprego gerado no agronegócio, 11 lavradores são expulsos de suas terras (CANUTO, 2004). O desemprego é sempre algo difícil de lidar, mas a verdade é que a substituição do trabalho humano por máquinas, sempre tende a aumentar a produtividade das atividades. Entretanto, a agricultura familiar, que, além de produzir os alimentos destinados ao consumo da população, possui em sua estrutura um sistema em que todos os membros da família são considerados como trabalhadores, diminuindo assim o desemprego. Esse é mais um dilema imposto pelo agronegócio.

O agronegócio não configura o espaço geográfico de modo que os interesses sociais sejam levados em consideração, pelo contrário, “o território do agronegócio se fundamenta na integração corporativa dos produtores liderada pelas empresas que reconfiguram o espaço em função da lógica produtiva” (FONSECA, 2012, p. 9). Ou seja, os interesses econômicos sempre irão se sobressair sobre os sociais. E isso se agrava ainda mais quando ocorre num lugar historicamente negligenciado pelos poderes políticos.

Fica nítido, então, que o discurso não está em sintonia com a realidade, principalmente no semiárido. O que ocorre, na verdade, é a apropriação por um conjunto de interesses de um território, perpetuando condições estruturais, a exemplo da concentração de terras e consequente manutenção dos latifúndios, em nome da lucratividade. Mesmo em meio a um

ambiente hostil, com clima e solo a serem encarados como um desafio para agropecuária, tais empreendimentos possuem capital e técnica suficientes para superarem tais gargalos, mas não rompem com ciclos que perduraram por séculos e que ainda são fonte de desigualdades e injustiças.

Também não se pode falar de agronegócio e negligenciar a discussão a respeito do uso de agrotóxicos, o que consiste num problema de saúde pública e ambiental. Esses fatos podem ser considerados como variáveis na análise dos impactos do agronegócio nos ambientes em que se instala. Além de poluir o solo, os recursos hídricos e o ar, ainda existem sérios problemas de saúde causados por esses venenos e que acometem trabalhadores rurais do semiárido.

Segundo Ferreira e Viana Junior (2016, p.2), os trabalhadores das cidades do Baixo Jaguaribe no interior do Ceará, onde situam-se Russas, Quixeré e Limoeiro do Norte, são um exemplo disto. Análises dos trabalhadores após a ida de empreendimentos agrícolas para a região, durante os anos 1980, mostraram que houve um aumento significativo nas taxas de internamento por neoplasia, e que a taxa de mortalidade por câncer é 38% maior que nas cidades vizinhas.

Mais uma vez, percebe-se o quão nociva pode ser instalação de empreendimentos como esses, com seus discursos de avanço e desenvolvimento, mas que não consideram os impactos que sua busca por lucro pode causar ao meio ambiente, e à vida das populações. Colocam-se interesses econômicos acima dos sociais, e as consequências negativas caem sobre os ombros dos que se encontram em situações vulneráveis, a exemplo do pequeno agricultor sertanejo.

Embora sejam empregadas tecnologias para vencer a aridez do ambiente, como técnicas de irrigação, e correção do solo, o atual cenário do semiárido, no que diz respeito aos empreendimentos do agronegócio, nos mostram a perpetuação das desigualdades no direito ao espaço. A concentração de grandes porções de terras nas mãos de grandes produtores, na mesma medida em que a agricultura familiar perde espaço e sofre com a socialização das más consequências.

Deste modo, podemos refletir a forma como o discurso de desenvolvimento adotado pelo agronegócio para sua instalação em territórios do semiárido dissimula a sua estrutura que remonta ao período colonial, negligenciando ao meio ambiente a as condições sociais da população, além de perdurar a concentração de terras, e as desigualdades por ela gerada. É preciso que a realidade do semiárido seja conhecida para além do discurso de quem o enxerga

potencialmente lucrativo. A região possui uma história, tanto ambiental quanto social, e isso não pode ser deixado de lado em função de interesses restritos.

## REFERÊNCIAS

AGRON. AGRON – Agronegócios Online. **O que é agronegócio**, 2016. Disponível em <<https://www.agron.com.br/publicacoes/mundo-agron/curiosidades/2016/02/22/047456/o-que-e-agronegocio.html>> Acesso em : 28 de jul. de 2018.

ASA; **ASA Brasil - Articulação no Semiárido Brasileiro**, 2015. Disponível em <[www.asabrasil.org.br/semiarido](http://www.asabrasil.org.br/semiarido)> Acesso em: 01 de set. de 2018.

CANUTO, A. **Agronegócio–exclusão pela produtividade**. CNBB. Mutirão por um novo Brasil: temas em debate. Brasília: CNBB, p. 117, 2004.

FERREIRA, M. J. M; VIANA JUNIOR, M. M. A expansão do agronegócio no semiárido cearense e suas implicações para a saúde, o trabalho e o ambiente. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 20, p. 649-660, 2016.

FONSECA, R. O. Propostas de desenvolvimento do agronegócio: Subalternidade e dominação. **Revista Geografar**. Curitiba, v.7, n.2, p.1-25, dez./2012.

HOLANDA, S. B; EULÁLIO, A; RIBEIRO, L. G. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.